

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2020**1. INTRODUÇÃO**

No presente relatório, apresentamos informações sobre o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas, denominado FGP-ES ou Fundo Garantidor, no exercício de 2020.

O FGP-ES foi criado pela Lei Complementar nº 492, de 10 de agosto de 2009, com a finalidade de prestar garantias aos parceiros privados sobre o pagamento da contraprestação pelo parceiro público, no âmbito do Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Espírito Santo. Tem natureza privada, patrimônio próprio e formado pelo aporte de bens e direitos por meio da integralização de recursos de "royalties", rendimentos provenientes de depósitos bancários e aplicações financeiras, provenientes da União, de outros fundos estaduais, entre outros.

Com sua regulamentação, o Estado objetiva conferir ao parceiro privado a segurança jurídica de que os valores devidos pelo parceiro público serão pagos, fortalecendo e fomentando o ambiente de negócios regional. Esse mecanismo foi estruturado a partir dos estudos realizados pelo Tesouro Estadual sobre as melhores práticas e mecanismos garantidores existentes no ordenamento brasileiro.

O Estado do Espírito Santo é o cotista inicial do FGP-ES, podendo autorizar a subscrição de cotas a quaisquer entes da administração direta ou indireta do Poder Executivo Estadual. Atualmente, o Estado do Espírito Santo é o único cotista com aporte inicial de R\$ 20 milhões.

A atuação do BANDES por meio de fundos visa exclusivamente atender o cumprimento do mandato contido na legislação e por este fato não há exigência de autORIZAÇÃO pela CVM, bem como o registro do Fundo está dispensado, pois o mesmo não foi concebido para captar recursos de terceiros, tampouco com o propósito de servir de veículo para a oferta de um serviço profissional de gestão, principais características da atividade profissional regulada por aquela Autarquia.

2. GOVERNANÇA

A administração do FGP-ES utiliza-se do Sistema de Governança do BANDES que em seu relacionamento com acionistas, investidores e credores se compromete com a transparência e agilidade no fornecimento de informações, garantia dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e viabilização do desenvolvimento econômico e social do Estado do Espírito Santo.

O BANDES mantém sua atuação alinhada com as diretrizes do governo estadual com objetivo de ser reconhecido como instituição financeira de referência para o desenvolvimento do Espírito Santo.

Além do BANDES como administrador e banco operador do Fundo, temos outros atores: a Assembleia de Cotistas e o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas - CGP-ES que define os projetos prioritários com a autorização de utilização dos recursos do Fundo.

Enquanto o Estado do Espírito Santo corresponder ao único cotista do fundo, as decisões delegadas à Assembleia de Cotistas serão realizadas pelo CGP-ES.

O BANDES administra o FGP-ES através da Gerência de Fundos e Programas - GEPRO, em suas demandas operacionais, e pelas Gerências de Controladoria - GECON e Financeira - GEFIN nas questões relacionadas a registros contábeis e tesouraria.

3. GESTÃO DE RISCO E CONTROLE INTERNO

O BANDES aplica ao FGP-ES a mesma estrutura de gestão do risco operacional, controle interno e *Compliance* aplicada às suas operações.

As políticas e diretrizes para gerenciamento do risco são aprovadas e revisadas, no mínimo anualmente, pelo Conselho de Administração, sendo executadas pela Gerência de Riscos, Controles Internos e *Compliance* - GERCI, unidade totalmente segregada da área de negócio e da auditoria interna.

4. FUNCIONAMENTO

As PPPs são contratos administrativos de concessão, modalidade administrativa, que se concretizam mediante processo licitatório com base na legislação federal, Lei nº 8.666 de 1993, e especialmente à Lei nº 11.079 de 2004. As áreas passíveis de desenvolver parcerias com o setor privado são inúmeras: educação, cultura, transportes públicos, saneamento básico, sistema penitenciário, pesquisa e tecnologia, energia, habitação, comunicações, dentre outras de interesse social e econômico.

O FGP-ES tem a finalidade de viabilizar e conferir sustentabilidade ao Programa PPP e prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos estaduais.

Nestas condições, a garantia do FGP-ES pode ser prestada nas seguintes modalidades:

I - fiança, sem benefício de ordem para o fiador;

II - penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do patrimônio do FGP-ES, sem transferência da posse da coisa empenhada antes da execução da garantia;

III - hipoteca de bens imóveis do patrimônio do FGP-ES;

IV - alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o FGP-ES ou com agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;

V - outros contratos que produzam efeito de garantia, desde que não transfiram a titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia.

5. RECURSOS DO FUNDO

Entre as fontes que poderão integralizar o FGP-ES estão previstos recursos do Tesouro Estadual, recursos de captação de operações de crédito nacionais e internacionais, recursos de royalties, dentre outras.

Em 12/11/2019 foi realizado aporte R\$ 20 milhões na conta de titularidade própria do Fundo no Banco Banestes, agência 104, conta corrente nº 29.929.726.

6. POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Os ativos do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGP-ES, são administrados em conta bancária específica em nome do Fundo, aplicados em valores mobiliários em concordância com sua política de investimento.

O FGP-ES não tem registro na CVM pois não foi concebido com intuito de captar recursos de terceiros com objetivo de rentabilizar tais recursos no mercado financeiro. Também não foi criado com o propósito de servir de veículo para a oferta de um serviço profissional de gestão, principais características da atividade profissional regulada por aquela Autarquia.

Na atividade regulada pela CVM há um profissional que busca recursos da poupança popular para rentabilizá-los com sua aplicação no mercado financeiro e de capitais, sempre limitado por um mandato de gestão e risco assinado com seus investidores.

O FGP-ES gerido pelo BANDES, com sua política de investimento normatizado por Decreto Estadual, não permite nenhum tipo de acesso ao público investidor e tampouco com qualquer forma de distribuição pública de valores mobiliários.

A composição do quadro de cotistas, bastante restrita, decorre da aplicação da Lei que criou o FGP-ES.

7. CARTEIRA DE PROJETOS

No exercício de 2020, não ocorreram vinculações de recursos do FGP-ES a projeto de parceria público-privadas.

8. REMUNERAÇÃO DO BANCO OPERADOR

A Remuneração é calculada de acordo com o art. 17º do Decreto nº. 4443-R de 29/05/2019 que define a taxa de administração correspondente à diferença entre a remuneração efetiva das aplicações financeiras do Fundo e a aplicação da taxa SELIC sobre o total de recursos aplicados, calculada e apurada semestralmente, e cobrada até o quinto dia útil do mês subsequente.

Em 2020, no primeiro semestre o BANDES não teve remuneração. No segundo semestre, a remuneração foi de R\$ 154.

9. LEGISLAÇÃO PERTINENTE

• Lei nº. 11.079 de 30/12/2004 - Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública; Legislação Estadual:

• Lei Complementar nº. 492 de 10/08/2009 - Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas do Estado do Espírito Santo e dá outras providências, e cria o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas;

• Decreto nº. 4443-R de 29/05/2019 - Regulamenta o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas.

• Decreto nº. 4444-R de 29/05/2019 - Institui os Procedimentos Operacionais do Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas.

Vitória - ES, 19 de março de 2021.

**Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas
do Espírito Santo - CGP-ES**

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

ATIVO	2020	2019
CIRCULANTE	20.026	20.143
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (Nota 4)	20.026	20.143
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO	20.026	20.143
Cotas de Fundos Renda Fixa	20.026	20.143
TOTAL DO ATIVO	20.026	20.143
PASSIVO	2020	2019
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 5)	20.026	20.143
Cotas Emitidas	20.000	20.000
Cotas - Governo do Estado do ES	20.000	20.000
Resultados Acumulados	143	-
Resultado de Exercícios Anteriores	143	-
Resultado do Exercício	(117)	143
Resultado do Exercício Corrente	(117)	143
TOTAL DO PASSIVO	20.026	20.143

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
RECEITAS OPERACIONAIS	692	143
Rendas de Aplicações Interfinanceiras	692	143
Rendas de Aplicações em Fundos de Investimento – Renda Fixa	692	143
DESPESAS OPERACIONAIS	(809)	-
Despesas de Títulos e Valores Mobiliários	(634)	-
Prejuízos com Títulos de Renda Fixa	(634)	-
Despesas Administrativas	(175)	-
Taxa de Administração do Fundo	(154)	-
Outras Despesas	(21)	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(117)	143

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

EVENTOS	COTAS EMITIDAS	RESULTADO ACUMULADOS	TOTAL
SALDOS EM 31/12/2018	-	-	-
Ingresso de Recursos	20.000	-	20.000
Governo do Estado do ES	20.000	-	20.000
Resultado do Exercício	-	143	143
SALDOS EM 31/12/2019	20.000	143	20.143
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2019	20.000	143	20.143
SALDOS EM 31/12/2019	20.000	143	20.143
Resultado do Exercício	-	(117)	(117)
SALDOS EM 31/12/2020	-	26	20.026
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO 2020	-	(117)	(117)

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

	2020	2019
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO / PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(117)	143
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(117)	143
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Títulos e Valores Mobiliários	117	(20.143)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM INVESTIMENTOS	117	(20.143)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Cota de Participação – Governo do Estado do ES	-	20.000
CAIXA LÍQUIDO APLICADO/ORIGINADO EM FINANCIAMENTOS	-	20.000
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-
MODIFICAÇÕES EM DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS		
Início do Período	-	-
Fim do Período	-	-
AUMENTO/REDUÇÃO LÍQUIDA, DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)
NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O FGP-ES – Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas foi instituído pela Lei Complementar nº 492 de 10 de Agosto de 2009, com a finalidade de garantir o pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos em virtude das parcerias de que trata a referida Lei e o Governo do Estado do Espírito Santo como único cotista.

A referida Lei Complementar, define em seu Art. 29 que o FGP-ES será administrado, gerido e representado judicial e extrajudicialmente pelo Banco de Desenvolvimento do Estado do Espírito Santo - BANDES.

De acordo com a lei que o instituiu, integrarão o patrimônio do FGP-ES recursos de: "royalties" devidos ao Estado do Espírito Santo; outros recursos orçamentários do Tesouro e os créditos adicionais; rendimentos provenientes de depósitos bancários e aplicações financeiras do Fundo; operações de crédito internas e externas; doações, auxílios, as contribuições e os legados destinados ao Fundo; provenientes da União; outros fundos estaduais, desde que as leis que os regulamente assim permitam; outras receitas destinadas ao Fundo.

A primeira integralização de capital pelo Estado do Espírito Santo ocorreu em 12 de

novembro de 2019, a finalidade deste aporte é de prestar garantias aos parceiros privados sobre o pagamento da contraprestação pelo parceiro público, no âmbito do Programa Parcerias Público-Privadas (FGP-ES). Cabe ressaltar, que esse é o primeiro movimento financeiro do Fundo, o que originou a apresentação de sua primeira demonstração contábil e sua respectiva auditoria independente.

O FGP-ES é regido pelo seu Regulamento e Estatuto, aprovados pelo Decreto nº 4.443-R, de 29 de maio de 2019.

O Fundo não assumiu qualquer compromisso com prestação de garantias no exercício.

O Parágrafo único do art. 24 do Regulamento do FGP estabelece que o exercício social do Fundo corresponde ao ano civil.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis do FGP-ES foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, alterada pelas Leis nº 11.638/2007 e 11.941/2009, das normas e instruções do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) avalizados pelo BACEN, no que couber.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. A marcação a mercado da carteira de títulos e valores mobiliários está sujeita a essas estimativas e premissas. A Admi-

nistração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, anualmente. Estas demonstrações contábeis foram autorizadas para emissão em 19 de março de 2021 pela Administração (Fundamento: Regulamento FGP-ES, Capítulo II, Artigo 3º, Inciso IX).

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOPTADAS

- a. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercícios;
- b. As receitas e as despesas são apropriadas diariamente, independentemente da apuração de resultado periódica;
- c. O exercício social tem a duração de um ano, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano; e
- d. A moeda funcional utilizada pelo FGP-ES é o Real, mesma moeda de apresentação destas demonstrações contábeis, nas quais os valores estão expressos em milhares de reais.

NOTA 4 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O saldo de R\$ 20.026 (R\$ 20.143 em 2019) se refere aos recursos aplicados em fundos de investimentos administrados pelo Banestes - Banco do Estado do Espírito Santo S.A., com classificação de risco "baixo" a "médio" e classificação CVM do tipo "Renda Fixa", mantidos até o vencimento e avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos.

No exercício social de 2020, o FGP-ES auferiu rendimentos líquidos sobre os recursos aplicados na ordem de R\$ 58 (R\$ 143 em 2019).

NOTA 5 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- O Patrimônio líquido apurado em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 20.026 (R\$ 20.143 em 2019).
- Cotas - Governo do Estado do ES - Referem-se aos recursos orçamentários do governo do Espírito Santo.
- Em 12 de novembro de 2019, o FGP-ES recebeu aporte de recursos da ordem de R\$ 20.000, através de transferência bancária por meio do SIGEFES - Sistema

Integrado de Gestão das Finanças Públicas do Espírito Santo.

- Prejuízo do exercício de R\$ 117 (Lucro de R\$ 143 em 2019) refere-se ao resultado apurado no exercício social corrente.

NOTA 6 – EFEITOS COVID-19

A Administração atenta a possíveis impactos nas demonstrações contábeis dos exercícios sociais de 2020 e futuros, provocados especificamente pelo "COVID-19", tem monitorado permanentemente variações potenciais nos resultados, principalmente quanto a possíveis impactos de quedas na Taxa Selic, que podem sensibilizar negativamente as aplicações financeiras e estuda medidas para atenuá-las.

NOTA 7 – POLÍTICA DE DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As informações referentes ao FGP-ES encontram-se disponíveis nos seguintes veículos de comunicação:

- Internet, através do site www.bandes.com.br;
- Sistema "bandes atende" no tel.: 0800-2834202.

MUNIR ABUD DE OLIVEIRA
Diretor-Presidente

IRANILSON CASADO PONTES
Diretor de Administração e Finanças

LUIZ FERNANDO C. DE MELLO LEITÃO
Diretor de Negócios

MARIA EMILIA VIEIRA DA SILVA
Diretora Operacional

VALDIR DOS SANTOS
Contador CRC/ES 13.555/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores do FGP – ES - FUNDO GARANTIDOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (Administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A - BANDES).
Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do **FGP – ES - Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas ("Fundo")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **FGP – ES - Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que couber.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração do Fundo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), no que couber, e também pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista

para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo;

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2021.

RUSSELL BEDFORD BRASIL
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico